

João de Pina Cabral,
Rui Graça Feijó,
João Arriscado Nunes,
Margarida Coelho,
Ana Maria Gonçalves

Análise Social, vol. XXIII (95), 1987-1.º, 151-163

A casa do Noroeste — introdução e comentários a um encontro pluridisciplinar

O primeiro de uma série de encontros de investigação subordinados a este tema realizou-se na delegação da Secretaria de Estado da Cultura no Porto em 28 e 29 de Novembro último. Patrocinado pela SEC, Centro de Estudos Humanísticos, e pelo Instituto de Ciências Sociais, da Universidade de Lisboa, o encontro contou com a presença de aproximadamente 30 participantes e debruçou-se sobre a especificidade regional da «casa», respondendo à necessidade de aprofundar os contactos entre investigadores de várias áreas do conhecimento com vista à produção de uma imagem integrada e global da «casa» como unidade social, simbólica e física.

Reproduzem-se em seguida a introdução geral, feita por João de Pina Cabral, assim como os resumos dos coordenadores dos grupos de trabalho: «Aproximações histórico-sociológicas», por Rui Graça Feijó e João Arriscado Nunes; «Património construído e etnografia», por Margarida Coelho e Ana Maria Gonçalves.

INTRODUÇÃO GERAL: QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

I

A efectivação de uma regionalização político-administrativa, que é hoje um tema tão central da vida política nacional, necessita de ser acompanhada de um aprofundamento do nosso conhecimento científico da regionalidade nacional — isto é, da natureza da variação sociocultural de região para região no nosso país.

Como ponto preliminar à nossa discussão, urge distinguir entre regionalidade sociocultural e identidade étnica ou nacional. No caso da Península Ibérica, em particular, a frequente confusão entre estes dois níveis tem por vezes impedido uma real compreensão do processo de variação sociocultural. As várias nações ibéricas não correspondem a realidades uniformes, tanto de um ponto de vista geográfico como sociocultural. Pelo contrário, elas são caracterizadas precisamente pela sua complexidade — com a interessante tendência para uma bipartição que parece reflectir, ao nível nacional, a frequente bipartição de unidades mais restritas de identidade sociogeográfica (*pueblos*, paróquias, aldeias e vilas). De facto, a tese de Camille Vallaux, referida por Cortesão, de que «*as zonas de eclosão dos*

Estados são aquelas em que se realiza o contacto entre as formações geográficas e os géneros de vida diferentes»¹ encontra aqui a sua plena justificação.

A procura de uma regionalidade sociocultural tem, por conseguinte, de ser distinta, de uma vez por todas, do estudo da identidade sociopolítica (se bem que não neguemos a existência de uma relação histórica complexa entre os dois fenómenos). Por isso optamos por falar em «casa do Noroeste», e não em «casa minhota». É verdade que a identidade de *minhoto* é muito difundida entre as populações que residem na região que nos interessa e é também verdade que a existência dessa identidade não é independente de uma certa coerência sociocultural. Mas, por um lado, não nos parece que a discussão sobre onde começa e acaba o Minho nos possa ajudar a conhecer melhor a regionalidade sociocultural, até porque não restam dúvidas de que ela extravasa largamente os limites do Minho como província administrativa (seria de qualquer modo mais útil reportarmo-nos ao antigo Entre Douro e Minho).

Por outro lado, no Noroeste português não existem princípios normativos de organização social claramente definidos e uniformemente seguidos, como acontece, por exemplo, no País Basco rural². Aqui, toda e qualquer regionalidade sociocultural que procuremos tem de ser encontrada como uma uniformidade dentro de um contexto de diferença. Voltarei ainda a debruçar-me mais adiante sobre esta questão.

O problema da regionalidade no estudo da estrutura social está hoje de novo a assumir enorme importância teórica. A crescente erosão das categorias de análise comparativa que tem vindo a ocorrer nas últimas duas décadas tem acompanhado, nos anos 80 em particular, a difusão de uma atitude ao mesmo tempo mais crítica e mais eclética para com as grandes tradições teóricas nas ciências sociais (o durkheimianismo, o weberianismo e o marxismo)³. A procura de uma perspectiva comparativa que evite a utilização de categorias de análise universalistas, dando maior relevância à especificidade dos contextos culturais estudados, leva necessariamente a uma problematização da regionalidade sociocultural, no sentido mais lato da expressão. Compreende-se, pois, a recente preocupação dos historiadores sociais por tais fenómenos⁴, assim como dos antropólogos sociais que tentam dar nova vida à noção que Evans-Pritchard e Eggan difundiram de «comparação controlada»⁵.

¹ Jaime Cortesão, *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*, Lisboa, Portugal, 1964, p. 18.

² E. g., Sandra Ott, *The Circle of Mountains*, Oxford, Clarendon Press, 1981.

³ Cf. Sherry Ortner, «Theory in Anthropology since the Sixties», in *Comparative Studies in Society and History*, 26 (1), 1984, pp. 126-166.

⁴ Cf. Alan MacFarlane, «Demographic Structures and Cultural Regions in Europe», in *Cambridge Anthropology*, 6, 1980, pp. 1-17; Richard Wall (org.), *Family Forms in Historic Europe*, Cambridge University Press, 1983; ou Robert Rowland, «Sistemas matrimoniales en la Península Ibérica, siglos XVI a XIX: una perspectiva regional», in D. S. Reher e V. Perez Moreda, *La Demografía Histórica en España*, Madrid, Editorial Anaya, no prelo.

⁵ Cf. R. H. Barnes, «The Leiden Version of the Comparative Method in Southeast Asia», in *JASO*, xvi (2), 1985, pp. 87-110; P. E. Josselin de Jong, «The Comparative Method in Southeast Asia: Ideal and Practice (Rejoinder to Barnes)», in *JASO*, xvi (3), 1985, pp. 197-208; F. Eggan, «Social Anthropology and the Method of Controlled Comparison», in *American Anthropologist*, LVI, 1954, pp. 753-765; E. E. Evans-Pritchard, «The Comparative Method in Social Anthropology», in *The Position of Women in Primitive Societies and Other Essays in Social Anthropology*, Londres, Faber & Faber, 1965.

II

Logo que abandonemos como insatisfatório um modelo monofactorial de explicação do comportamento social, o estudo pluridisciplinar da variação inter-regional e intra-regional dos níveis mais elementares de identidade social (o indivíduo, o agrupamento doméstico, a família, a vicinalidade) constitui-se como zona privilegiada para a aproximação da regionalidade sociocultural. Foi dentro desta perspectiva que decidimos escolher «a casa do Noroeste» como tema central da nossa reunião.

Em primeiro lugar, a noção de *casa* apresenta-se como um ponto comum da variação sociestrutural e cultural nesta região⁶. De facto, a sua relevância não se limita de forma alguma às camadas camponesas; se bem que, nos meios burgueses, ela se apresente diferentemente⁷, ela é aí também da maior importância.

Poder-se-ia contrapor que não se trata de uma característica específica a esta região; que o uso do termo para *edifício de habitação*, para referir também o *grupo social* que lhe está associado, é uma característica muito difundida não só na Europa, mas também num larguíssimo leque de sociedades. Não podemos, no entanto, deixar que esta verificação esconda o facto (que deveria ser igualmente óbvio) de, de contexto cultural para contexto cultural, a utilização do termo para *casa* cobrir realidades sociestruturais diferentes⁸. Ora é precisamente esta integração complexa entre princípios culturais e práticas sociestruturais que nós tentamos captar.

Em suma, a nossa posição é simplesmente que a continuidade existente nesta região entre as várias utilizações da noção de casa é para nós do maior interesse pelas implicações sociestruturais que tem. E chegamos, assim, ao segundo argumento a favor da nossa escolha, a saber: a utilidade do estudo da casa enquanto ponto de encontro interdisciplinar.

De um ponto de vista de teoria sociológica, a casa é a unidade social primária⁹, isto é, o nível de identidade social com maiores implicações para a apropriação social do espaço e para a integração estrutural do indivíduo. É também a esse nível que os actores sociais concebem primariamente a integração entre a reprodução social e a reprodução biológica. As implicações deste facto para o estudo sociológico e antropológico da região não necessitam de ser sublinhadas.

De um ponto de vista económico, a casa é frequentemente uma unidade de produção e é ainda com mais frequência uma unidade de poupança. Qualquer tentativa de explicação do comportamento económico, tanto do emigrante como do semiproletário, deverá necessariamente tomar isto em

⁶ Aspecto reconhecido também por C. Lisón-Tolosana no seu estudo da Galiza (*Antropología Cultural de Galicia*, Siglo XXI, Madrid, 1971).

⁷ Cf. João de Pina Cabral, *Sons of Adam, Daughters of Eve*, Oxford, Clarendon Press, 1986, esp. pp. 37-38.

⁸ Curiosamente, apesar de Jack Goody já ter chamado a atenção para este problema em 1972 («The Evolution of the Family», in *Household and Family in Past Time*, Cambridge University Press, pp. 103-124), ainda há quem proponha a noção anglo-americana de *household* como universalmente válida (Richard R. Wilk e Robert McC. Netting, «Households: Changing Forms and Functions» in Robert McC., Netting, Richard R. Wilk e Eric J. Arnould (orgs.), *Households*, Berkeley, University of California Press, 1984, pp. 1-27).

⁹ Cf. João de Pina Cabral, *op. cit.*, pp. 32-34, onde a expressão utilizada é «unidade social elementar». Posteriormente, a presente designação foi adoptada como forma de evitar, sem sombra de dúvida, a possível implicação de que se trataria do nível mínimo de identidade social.

conta. A casa é ainda central para compreender o comportamento das populações em relação à necessidade de segurança social, assim como ao significado social do subemprego.

De um ponto de vista psicológico, é no contexto da casa que ocorre a socialização primária dos indivíduos. Aí, portanto, se encontram as bases para a compreensão da perspectiva regional sobre a noção de pessoa, uma vez que esta última está profundamente relacionada com a evolução de atitudes para com a higiene pessoal, a privacidade, a actividade sexual, a relativa independência económica do indivíduo, etc.

Na perspectiva das ciências da construção, a noção de casa é fundamental para o estudo não só da evolução de toda a arquitectura doméstica, como ainda da diferenciação sub-regional, da mudança de padrões, da lógica da escolha de espaços de construção, da natureza da urbanização e muitos outros aspectos.

Finalmente, a noção de casa apresenta-se como objecto privilegiado de estudo, não só pelas suas implicações sociestruturais, mas também por se tratar de um dispositivo classificativo com enorme peso cultural: a elevada polissemia do termo o comprova. Para além do seu significado primário como (1) *edifício*, e particularmente edifício de habitação, a expressão também significa (2) a *unidade social primária* e as suas extensões mais directas (p. ex., «casa» no sentido camponês minhoto, «fogo», «família», «linhagem»); e tem ainda uma larga utilização para referir, por um lado, (3) *separação regular* (p. ex., a «casa dos botões» ou as «casas» dum mapa ou tabela) e, por outro lado, (4) *unicidade social*, tanto de um ponto de vista (4.1) *funcional* (p. ex., «casa dos mortos» para referir ossário, «casa dos milagres» num santuário, ou «casa de pasto»), como de um ponto de vista (4.2) *institucional*, especialmente para aquilo a que o Inglês chama *corporate groups* (p. ex., «casa civil ou militar» do presidente da República, ou «casa» no sentido de firma), mas sobretudo quando se trata de (4.3) organismos organizados segundo *princípios altruísticos*, que implicam aquilo a que Turner chama *communitas*¹⁰ (p. ex., a Santa Casa da Misericórdia, a Casa do Povo, a Casa dos Pescadores, a Casa do Minho). Mais uma vez, o facto de esta polissemia não ser específica ao Noroeste português não nos impede de estudar o significado que ela aí assume.

III

Estabelecido o tema que aqui nos reúne, gostaria agora de aproveitar esta oportunidade para fazer algumas considerações de ordem metodológica com vista a propor novos caminhos no estudo da regionalidade socio-cultural.

Antes, porém, urge esclarecer dois pontos referentes à utilização que aqui tenho feito da noção de região. Em primeiro lugar, ela está a ser usada, num sentido específico, como uma área sociocultural dentro da qual se verifica uma particular continuidade cultural e institucional. Não se trata, portanto, necessariamente de uma área geográfica — tal identificação depende da cultura em questão. Por exemplo, ao estudarmos popula-

¹⁰ Victor W. Turner, *The Ritual Process: Structure and Anti-Structure*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1969.

ções tais como as radicadas no Noroeste português, para as quais os grupos sociais são definidos por referência à sua inserção num espaço físico estável (dando origem a categorias sociogeográficas como casa, lugar, bairro, freguesia, concelho, etc.¹¹), a região será primordialmente uma área sociogeográfica. Mas, se pretendermos chamar a atenção para a preservação, entre populações emigradas, de práticas socioculturais oriundas desta região e aí radicadas, então a noção de região sociocultural prolonga-se para além das suas bases geográficas. Da mesma forma, se estivermos a estudar populações para as quais a radicação geográfica é de somenos importância, tais como os Ciganos, a identificação de região com uma área geográfica específica perde o seu significado.

Em segundo lugar, a noção de região sociocultural é necessariamente relativa. Ela depende da perspectiva dentro da qual nos situarmos. No contexto da Eurásia, a Europa é uma região; assim como, no contexto desta última, a Europa do Sudoeste poderá também provavelmente ser considerada uma região; e, finalmente, neste contexto, a Península Ibérica e zonas associadas (Languedoc, Pirenéus franceses, ilhas Baleares, Madeira e Açores) são também uma região sociocultural.

Voltemos agora à questão inicial das fronteiras regionais. Não restam dúvidas de que, de um ponto de vista sociocultural, a zona da Galiza imediatamente a norte do Noroeste português deverá ser considerada como pertencendo a esta região. Mas até onde levaremos nós esta continuidade? O mesmo problema se levanta em relação à zona imediatamente a sul. Dir-se-ia que é ponto assente que o Noroeste se estende, no litoral, para sul do rio Douro. Mas até que ponto? Alguns incluem a zona de S. João da Madeira e de Vila da Feira, mas excluem a zona de Aveiro¹². Outros incluiriam ainda Aveiro. Não parece haver resposta definitiva para este problema, como foi até finalmente reconhecido por quem se interessa pela regionalidade para fins de efectuar através dela uma reorganização político-administrativa, a chamada regionalização¹³.

Mas, para nós, a questão das fronteiras externas da região não se põe com tanta gravidade como a das fronteiras interiores. Isto é, partindo da perspectiva que privilegiamos — a casa —, como compreender, abarcando-a dentro de um mesmo esquema, a enorme variedade que a mais rápida passagem de olhos imediatamente apresenta? Ora nem todas as regiões se instituem como regiões da mesma forma. Como já foi dito, no País Basco, a existência de um padrão normativo explícito de composição e reprodução da unidade social primária nas zonas rurais torna a questão das fronteiras internas menos aguda. No Minho, porém, o problema é complexo, até porque a variação sociocultural é tanto horizontal como vertical. Assim, as diferenças no significado que assume a «casa» numa zona rural perto de um centro urbano, numa zona com uma antiga e forte industrialização dispersa, ou numa zona de agricultura relativamente distanciada de mercados urbanos, são comparáveis com as diferenças entre, por exemplo, pescadores, lavradores ricos e *élites* urbanas num mesmo concelho. Devemos ainda levar em conta a existência de tradições sub-regionais nitidamente demar-

¹¹ Pina Cabral, *op. cit.*, p. 3.

¹² Rosa Fernanda Moreira da Silva, «Contraste e mutações na paisagem agrária das planícies e colinas minhotas», in *Estudos Contemporâneos*, 5, 1983, esp. p. 10.

¹³ «Não existem critérios científicos para definir as regiões», Vítor Constâncio, citado em *Diário de Notícias* de 7 de Janeiro de 1987, p. 3

cadás, cuja diferenciação está, aliás, profundamente associada a variações na aceção da casa enquanto unidade social primária. Três exemplos serão suficientes: a chamada «área das doações», na Maia¹⁴; a zona agro-pastoril, com fortes tradições comunitárias, que vai do Gerez a Melgaço¹⁵; ou ainda a zona de velha implantação industrial do vale do Ave¹⁶.

É a própria noção de região que necessita de ser reformulada. Se por região sociocultural se compreende uma área onde certas características socioculturais se verificam uniforme e nitidamente, então ou incluímos praticamente toda a Eurásia¹⁷ ou somos forçados a levar a subdivisão a ponto de só considerar certos estratos sociais dentro de áreas inferiores ao concelho. Mas, se, por outro lado, optarmos por uma noção política de região — isto é, como o agregado de uma série de instâncias particulares que estão associadas em cadeia, mas não partilham todas necessariamente das mesmas características¹⁸ —, então poderemos começar a aproximar-nos de uma definição mais útil. Uma região seria, portanto, uma área dentro da qual se encontraria uma maior densidade de intercâmbio sociocultural.

Levanta-se imediatamente, por conseguinte, a questão de saber como medir essa densidade e como julgar da sua existência. A construção de um modelo (mecânico e ético) de cultura regional ou de um modelo (estatístico e ético) de estrutura social regional só viria a adiar o problema da variação interna, quando o necessário é precisamente captar a forma como estes dois níveis se combinam dentro de um contexto histórico de inter-relacionamento cultural, económico e político. Assim, em vez de adoptarmos a proposta mais ambiciosa de construir um modelo regional monolítico, somos levados a procurar a existência de protótipos socioculturais que funcionem como elementos agregadores da região vista como um «campo de diferenças»¹⁹. Não é de forma alguma necessário que todos esses protótipos sejam partilhados uniformemente por todas as populações da região, nem que sejam todos específicos à região. Efectuar-se-ia, pois, a progressiva construção de uma região como resultante, cada vez mais nítida, mas nunca absolutamente precisa, de uma sobreposição de protótipos socioculturais.

Não se trata aqui de propor a existência de algo como aquilo a que Peter Laslett chama *noumenal normative rules*, isto é, regras culturais subconscientes que ditariam os parâmetros dentro dos quais as escolhas conscientes se efectuariam²⁰. Para além dos óbvios problemas teóricos que tal

¹⁴ Cf. Marcelino I. V. Pereira da Rocha, *Sobre alguns Problemas da Propriedade Rústica: Doações para Casamento em Terras da Maia*, manuscrito, relatório final do curso, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, 1954.

¹⁵ E. g., Jorge Dias (2.ª ed.), *Vilarinho da Furna*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981, e Colette Cailler-Boisvert, «Soajo — Une communauté féminine rurale de l'Alto Minho», in *Bulletin des études portugaises*, n. s. 27, 1966, pp. 237-284.

¹⁶ E. g., João Arriscado Nunes, «On Household Composition in Northwestern Portugal — Some Critical Remarks and a Case-Study», in *Sociologia Ruralis*, xxvi, 1986, pp. 48-69.

¹⁷ Ver Jack Goody, «Bridewealth and Dowry in Africa and Eurasia», in Jack Goody e S. J. Tambiah, *Bridewealth and Dowry*, Cambridge University Press, 1973, pp. 1-58.

¹⁸ Rodney Needham, «Polythetic classification: convergences and consequences», in *Man*, n. s. 10, 1975, pp. 349-369.

¹⁹ Cf. R. G., Feijó e J. A. Nunes, «Household Composition and Social Differentiation in Nineteenth Century Northwestern Portugal», in *Sociologia Ruralis*, xxvii, 1987.

²⁰ Peter Laslett, «Family as Knot of Individual Interests», in Netting, Wilk e Arnould (orgs.), *Households*, cit., 1984, esp. pp. 362-364.

noção levanta, ela levaria necessariamente à produção do tipo de modelo regional monolítico que acabámos de rejeitar. Salvo as devidas diferenças de perspectiva, a presente proposta aproxima-se mais da noção de «princípios de organização social» tal como foi formulada por Meyer Fortes no seu ensaio clássico de 1949: «A 'estrutura', portanto, apresenta-se como um ordenamento de partes levado a cabo pela operação, através de um período de tempo, de princípios de organização social geralmente reconhecidos numa sociedade particular.»²¹

As funções heurísticas destes protótipos socioculturais implicam automaticamente duas características. Primeiro, se bem que, empiricamente, o seu número possa ser infinito, para fins da nossa investigação ele deve ser limitado. Urge, portanto, procurá-los em torno de zonas de particular peso sociocultural — tais como a unidade social primária —, para que as suas implicações sejam mais significativas e que das suas variações resultem maiores diferenças. Segundo, e conseqüentemente, devemos procurar interligá-los, de forma a podermos aperceber-nos das suas implicações relativas.

As regiões, portanto, resultariam da acumulação progressiva destes protótipos, sendo que três aspectos deverão receber particular atenção no estudo de cada uma em particular: (1) os *limites da variação*, tanto interna como externa; (2) a *distribuição interna*, isto é, onde a sua presença é mais marcada, ou onde desaparece; e (3) as *condições de reprodução* do protótipo (económicas, ecológicas, demográficas, etc.).

A título de demonstração do que tenho em mente, apresentarei aqui sumariamente três exemplos. No Noroeste português, o princípio de devolução igualitária da unidade social primária pode ser considerado um protótipo sociocultural. Por outras palavras, é prática corrente que todos os filhos do casal chefe sejam considerados como tendo igual direito a serem herdeiros. Quanto aos limites da variação deste protótipo, podemos encontrar desde a situação em que uma divisão escrupulosa é efectuada até uma em que existe um herdeiro que sucede à chefia da casa e é, conseqüentemente, beneficiado na divisão da propriedade. Situações em que aos herdeiros preteridos não é reconhecido nenhum direito não são típicas nesta região (pelo menos desde os meados do século passado). Quanto à distribuição interna, basta dar como exemplo o facto de, entre as populações ligadas à terra, a divisão estritamente igualitária ser menos frequente que entre as populações urbanas. Existem mesmo tradições sub-regionais. Entre os lavradores abastados da região da Maia²², por exemplo, quando é possível compensar os herdeiros preteridos, e como resultante de uma estratégia de manutenção do prestígio e viabilidade económica da casa, era frequente a exploração agrícola ser entregue intacta a um filho. Na Ribeira Lima é comum ser a filha que casa em último lugar que sucede à chefia da casa, sendo por vezes beneficiada significativamente no momento das partilhas. Finalmente, a distribuição interna está profundamente ligada à existência de condições diferenciadas de reprodução do protótipo, como é explícito nos casos aqui referidos.

²¹ Meyer Fortes, «Time and Social Structure: An Ashanti Case Study», in *Time and Social Structure and Other Essays*, Londres, Athlone Press, 1970 (1949), p. 32, tradução do autor.

²² Cf. Moreira da Silva, *op. cit.*, e Pereira da Rocha, *op. cit.*

Um segundo exemplo pode ser encontrado na prática da dupla chefia. Por outras palavras, há uma forte identificação entre a unidade conjugal e a unidade social primária, que leva a que a chefia da casa seja partilhada por ambos os membros do casal, a que a sucessão à chefia tenda a ser efectuada ao mesmo tempo por ambos os cônjuges e a que exista uma forte resistência à co-residência de casais do mesmo nível generacional.

Um terceiro exemplo poderá ser procurado a um nível superior ao da casa. O *habitat* disperso do Noroeste está ligado, nas zonas rurais, a uma noção da relação da casa com as suas casas vizinhas que a trata como um microcosmo, insistindo fortemente sobre o seu isolamento. Assim se explica que no Noroeste rural encontremos tipicamente o «lugar», e não a «aldeia». Mesmo nas zonas montanhosas, onde as habitações tendem a concentrar-se, as casas situam-se, em relação umas às outras, de forma diferente da que encontramos, por exemplo, em Trás-os-Montes. Resulta também daqui que, enquanto a hospitalidade transmontana está ligada a uma franca abertura da casa ao exterior, no Minho, a hospitalidade tende muito mais a preservar a privacidade da casa.

Por último, a existência de um inter-relacionamento entre estes protótipos sugere a possibilidade de vir a construir, num momento mais avançado da investigação, um modelo de um protótipo sociocultural-base.

Tentar-se-ia assim captar os limites externos e as tendências dominantes da variação ao nível regional, dando particular relevo ao sistema de reprodução da unidade social primária. Um modelo deste tipo fugiria às limitações implícitas na construção de modelos regionais monolíticos²³.

João de Pina Cabral

²³ Está presentemente em preparação um projecto de elaboração de um levantamento estatístico dos padrões familiares no Noroeste português que levará em conta as considerações aqui levantadas, endereçando essencialmente três aspectos:

- 1) Evitar a perspectiva masculina e economicista de que enfermam os questionários que usam o «fogo» (*household*) como única unidade de análise;
- 2) Procurar estudar os padrões familiares como um fenómeno complexo, partindo de uma perspectiva émica, evitando assim a distorção resultante da utilização da classificação bipolar «residência» *versus* «parentesco», que herdámos de Maine e Morgan;
- 3) Procurar captar a natureza da regionalidade sociocultural ao nível dos padrões familiares — tanto em termos de convergência como de divergência intra-regional.

As linhas gerais de realização do projecto são as seguintes:

- 1) A construção de três questionários que serão aplicados separadamente, mas às mesmas populações, a saber: (a) questionário residencial, sincrónico, desde uma perspectiva masculina; (b) questionário à história conjugal, diacrónico, desde uma perspectiva feminina; (c) questionário a fundo, a ser aplicado posteriormente ao estudo primário dos resultados dos anteriores com o fim de aprofundar o conhecimento das categorias émicas;
- 2) A construção dos questionários levará em conta a necessidade de captar a integração complexa dos sistemas de reprodução dos vários níveis de identidade social (isto é, o indivíduo, a unidade conjugal, a família conjugal, a casa, a vicinidade, o lugar, etc.);
- 3) Cobrir tão extensivamente quanto possível áreas sociogeográficas de pequena dimensão, em vez de optar por uma amostragem necessariamente limitada de áreas mais vastas;
- 4) Escolher áreas de estudo não numa base aleatória, mas na base do conhecimento já extenso que começamos a ter dos padrões de variação sociocultural dentro da região. Em particular, é intenção expressa não nos limitarmos unicamente a áreas regionais.

Prevê-se desde já que este projecto, concebido inicialmente por João de Pina Cabral, João Arriscado Nunes e Elizabeth Reis, integrará também outros antropólogos e historiadores interessados nestes temas.

APROXIMAÇÕES HISTÓRICO-SOCIOLÓGICAS

No ponto de partida da discussão neste grupo de trabalho encontrava-se uma interrogação: é possível identificar a «casa do Noroeste» como unidade social? A resposta pressupõe duas outras interrogações prévias: como definir o Noroeste no plano da regionalidade? Quais os critérios de definição da «casa» como unidade social?

A informação contida nos Censos da População de 1864 e 1878, analisada por Elisabeth Reis à escala do concelho, revelou a existência de padrões demográficos com contornos espaciais fluidos, mas suficientemente salientes para justificarem a definição de uma área noroeste do território português, abrangendo *grosso modo* os distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto e Aveiro, coincidindo, aliás, com grande parte das propostas de definição de regiões encontradas na literatura sociológica. No plano demográfico, uma das características mais vincadas da área é a importância da mobilidade geográfica, inferida a partir dos desequilíbrios, revelados pelos censos, das relações de masculinidade.

Este aspecto suscitou um conjunto de reflexões de ordem metodológica. Quer a exploração sistemática da informação dos censos, quer várias formas de análise nominativa, incidindo sobre as modalidades específicas de mobilidade geográfica por sexo, idade ou grupo socioprofissional, foram discutidas nas contribuições de Elisabeth Reis, Jorge Alves, Isabel Costa e Arno Kitts, a propósito das zonas do vale do Ave e de Viana do Castelo, nos séculos XVIII e XIX. Foi demonstrada a importância da utilização dos róis de confessados (Jorge Alves), da reconstituição de famílias com base em registos paroquiais de grupos de freguesias contíguas (Isabel Costa) ou dos livros de passaportes e das listas de eleitores para o estudo dos padrões de mobilidade no passado. Arno Kitts mostrou o partido que é possível tirar de técnicas de análise de sobrevivência para o estudo de histórias migratórias individuais e do respectivo contexto social. Albertino Gonçalves chamou a atenção para a relação entre a emigração, a mobilidade social e o investimento simbólico na casa, realizado pelo emigrante na sua terra de origem, e mostrou como o discurso dos não emigrantes sobre a «casa do emigrante» pode ser um importante revelador da representação deste na sociedade de origem. A estreita inter-relação entre a casa e a emigração é, neste caso, bem patente, sendo a primeira um lugar privilegiado de investimento material e simbólico por parte dos protagonistas da segunda.

Outras contribuições suscitaram reflexões sobre os critérios de definição da «casa» como unidade social. A partir de um estudo apoiado em escrituras de dote e casamento para o século XVII no Porto, Maria Helena Oswald notou a importância de objectos como a arca do pão e da respectiva transmissão no processo de constituição de uma nova unidade conjugal, assim como o papel central das «provisões para reforma» nesse tipo de contratos, provisões essas destinadas a assegurar a subsistência dos sobreviventes da geração mais velha. Estas situações apontam para a importância central da *comensalidade* na definição da casa-unidade social e simbólica. Foi notória, por outro lado, especialmente a partir da discussão suscitada pela intervenção de Gaspar Pereira sobre as «ilhas» do Porto no século XIX, a importância da organização do espaço e das redes de vicinalidade para a adequada definição do critério de *residência*. A multidi-

mensionalidade da unidade social «casa» obriga a ter em conta, para a sua definição, diferentes aspectos, que vão da comensalidade à residência, passando pela inserção em redes de vizinhança, pelas suas funções como unidade de poupança e redistribuição de recursos e rendimentos, ou pela sua eventual coincidência com unidades de produção. A dimensão cognitiva, emergente no que João de Pina Cabral designou por «protótipos culturais» ou «imagens centrais», é igualmente fundamental para a identificação de uma possível especificidade regional da percepção do que *devem ser* as unidades básicas da vida social e do processo de reprodução social. A associação entre casa e matrimónio (a casa deve ser chefiada por um casal), a monopolaridade da chefia (um só casal deve chefiar a casa), o lugar central de noções como «subsistência» no processo de reprodução social, a distribuição por sexo e por idade dos papéis sociais dentro e fora do espaço doméstico, a organização do espaço em que a casa se insere, os padrões de relação entre gerações, a importância da partibilidade no processo de devolução, a relação do emigrante com a casa de origem, são alguns aspectos importantes a considerar para uma definição de «casa» apoiada nas dimensões *ética* e *émica*, que tenha em conta simultaneamente o processo de constituição e reprodução da casa, as representações dos protagonistas desse processo e as situações observáveis resultantes da activação desses processos condicionada pelas representações.

Um problema metodológico de difícil ultrapassagem é o da identificação/construção de uma unidade de análise que viabilize a observação de *processos*, e não apenas da *composição* de unidades observadas num momento determinado. Esta dificuldade decorre, no essencial, da complexidade do objecto «casa», que pode ser constituído não apenas por um grupo de pessoas unidas por laços de vários tipos (conjugalidade, parentesco, comensalidade, poupança, residência, etc.), mas ainda por um espaço físico para habitação, com o respectivo recheio, terras, instrumentos de trabalhos, animais, um lugar na igreja local ou no cemitério, um nome ou uma posição na hierarquia social local. Definir processos de mudança tendo como objecto a casa-unidade social obrigaria à observação de alterações ao longo do tempo no *complexo de elementos* que, num contexto determinado, contribuem para a definição dessa unidade. A observação de trajectórias de indivíduos que, em momentos determinados do seu curso de vida, saem de uma casa, transitam para outra, abandonam a comunidade ou vêem o seu estatuto na mesma casa modificado (por devolução da chefia no momento do casamento, por exemplo), atendendo sempre à posição do indivíduo, quer na casa de origem, quer na casa de destino, pode constituir, desde já, um terreno de análise particularmente fecundo, ainda que parcial. Esta abordagem é indicada, sobretudo, quando se dispõe de histórias residenciais pormenorizadas, obtidas através de listas nominativas (tipo róis de confessados) ou de inquéritos directos.

Grande parte das contribuições disponíveis sobre este tema refere-se a populações do passado; torna-se indispensável, por isso, estabelecer critérios rigorosos para a crítica e análise das fontes a utilizar, particularmente no que respeita às condições da sua produção (quem as elaborou, com que objectivos) e à interpretação da informação nelas contida (extensão e qualidade da informação registada, definição das unidades incluídas na fonte). Impõe-se, por outro lado, que a dimensão histórica seja considerada como produzindo efeitos próximos dos que são revelados pela consideração da dimensão geográfica, isto é, como gerando diferentes manifestações de

padrões culturais semelhantes ou idênticos, como resposta a modificações à escala local ou global, apontando para a emergência de regiões como «campos de diferenças» (ver «Introdução», de João de Pina Cabral).

Outro ponto importante é o das diferenças entre meio urbano e meio rural. Essas diferenças parecem assentar, no fundamental, em factores de ordem socioecológica, dando origem ao que António Firmino da Costa tem vindo a designar por «quadros de interacção» diferenciados. É possível, assim, encontrar em meio urbano, como parecem sugerir situações observadas para o Porto por Gaspar Pereira, modalidades de interacção e de solidariedade homólogas das detectáveis em zonas rurais de origem dos habitantes das «ilhas» do Porto, embora assumindo formas distintas resultantes da sua activação num contexto socioecológico diferente. Maria Helena Oswald notou a relativa uniformidade das práticas de dotação no Porto e seus arredores no século XVII, enquanto Arno Kitts observava as diferenças nos padrões de mobilidade em freguesias urbanas de Viana do Castelo, ligadas a tipos de actividades distintas (comerciais e piscatórias). Este conjunto de contribuições sugeriu a necessidade de considerar como aspecto central do tema em discussão o problema da *mobilidade*, fenómeno susceptível de gerar diferenças intra-regionais resultantes de comportamentos associados a protótipos culturais comuns ou semelhantes, mas destinados a responder a problemas emergentes em contextos socioecológicos distintos. Será importante determinar até que ponto a circulação de indivíduos entre meio urbano e meio rural contribui para a convergência de certas práticas sociais e para a maior diversificação de outras, e mesmo a que níveis de abordagem é pertinente a distinção rural-urbano.

Um último tema, que esteve presente através das intervenções de Maria de Fátima Brandão e de Margarida Durães, foi o da relação entre casa e património no processo de reprodução social. Ambas as intervenções incidiram selectivamente sobre situações observáveis no meio rural, entre grupos sociais mantendo relações estáveis com a terra, nomeadamente por meio de uma forma particular de contrato, a enfiteuse. Os modos de resolução da contradição entre o princípio da *partibilidade* e a necessidade de preservar unidades agrícolas viáveis — as casas agrícolas ou casais — através do recurso aos mecanismos legais da «terça» ou da quota disponível foram analisados, assim como os factores susceptíveis de introduzir perturbações no sistema, tais como a ilegitimidade, tratada especialmente na intervenção de Maria de Fátima Brandão. Um problema levantado na sequência destas intervenções foi o da necessidade de alargar a análise do processo de devolução para além dos grupos sociais ligados à propriedade da terra. O estudo do processo de devolução exige uma maior atenção à transmissão de bens não fundiários, de títulos e símbolos de *status*, de conhecimentos profissionais ou de vários tipos de bens simbólicos. Embora — sobretudo entre proprietários e lavradores — a reprodução da casa constitua, a par da garantia de sustento na velhice ou incapacidade, um objectivo central do processo de devolução, podem ser formuladas dúvidas quanto à pertinência da noção de «estratégia» na análise desse processo. De facto, a ideia de adequação entre meios e fins implícita nessa noção é presumida *ex post facto* pelo investigador, que procura atribuir sentido a sequências de actos conducentes a um determinado resultado, sem o conhecimento, na maior parte dos casos, de qualquer explicitação *ex ante* dos objectivos perseguidos pelos actores. Será importante investigar de maneira mais precisa essas sequências de actos, com todas as suas inflexões

e recuos, e mesmo a possível adequação dos objectivos dos actores às possibilidades abertas por situações emergentes ao longo do próprio desenrolar do processo de interesse.

Poderemos concluir com uma chamada de atenção para as «pontes» que se torna possível lançar na direcção de abordagens incidindo especificamente sobre os aspectos arquitectónico-construtivos. Seria interessante estudar a relação entre a evolução da arquitectura e da organização do espaço interior das habitações e a afirmação do princípio da *privacidade*; a emergência de novos princípios de organização do espaço residencial em situação urbana, a influência do processo de mobilidade social sobre a organização dos circuitos de produção da habitação, particularmente em relação com o fenómeno da emigração; a influência das transformações da economia e da organização do trabalho na segregação total (fábrica) ou parcial (oficina), ou na manutenção (exploração agrícola familiar, formas de artesanato ou indústria doméstica) da sobreposição/coincidência do espaço da produção e do espaço da habitação/reprodução.

Rui Graça Feijó
João Arriscado Nunes

PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO E ETNOGRÁFICO

A discussão centrou-se sobre duas temáticas decorrentes das experiências relatadas:

A necessidade de tornar mais acessíveis os inúmeros levantamentos que existem dispersos e cuja informação é hoje dificilmente utilizável (quer tenham sido feitos para uma exposição num museu local; quer façam parte de uma recolha de dados para um plano de urbanização; ou constituam matéria de um projecto de investigação);

E as acções de formação, nomeadamente nas artes tradicionais da construção civil, mas também em todas as actividades ligadas à casa e que dão hoje novas perspectivas de manter o património, reconvertendo-o por meio de acções integradas formação/emprego mais viradas para o turismo nuns casos, para a reconversão de pequena indústria (ou indústria dispersa ou artesanal) noutras, e ainda para a reconversão da agricultura. (Situa-se neste âmbito a comunicação da arquitecta Margarida Coelho informando de algumas acções de formação realizadas na zona norte, muito especialmente no domínio da recuperação das tecnologias e materiais tradicionais na construção civil, tendo solicitado aos presentes outras referências dentro deste contexto.)

Como acções concretas foram descritas:

As dos museus locais, para exposições de carácter etnográfico (Dr.^a Teresa Almeida d'Eça, Museu dos Biscainhos, em Braga; Associação Muralha de Guimarães);

As dos gabinetes técnicos locais das câmaras municipais sobre os «centros históricos» das cidades onde foram criados (Gabinete Técnico Municipal, Câmara de Viana do Castelo);

As dos planos directores municipais, cobrindo já muitos dos concelhos do Noroeste (arquitecto Rui Loza, Direcção Regional do Ordenamento do Território; arquitecta Irene Rodrigues, Gabinete de Apoio Técnico do Alto Minho);

As do Centro de Artes Tradicionais no Porto (Dr.^a Ana Maria Gonçalves), que tem promovido exposições, seminários e uma recolha sistemática de valores etnográficos da casa como espaço de vida e como reportório de utensílios, fazendo a inter-relação espaço/pessoas/actividades;

No sentido de introduzir uma perspectiva comparativa, e embora não pertencendo ao Noroeste, foi analisada toda a acção desenvolvida na Região Centro com a experiência MERECE, que possibilitou, a partir dos recursos locais, estudar as construções tradicionais, aproveitando os ensinamentos do passado e projectando as construções do futuro.

E, finalmente, outras investigações independentes sobre o património rural (Dr. Eduardo Oliveira, Direcção Regional de Arqueologia; e ainda outros trabalhos da Associação Muralha, subsidiados pela Fundação C. Gulbenkian).

Em forma de conclusão, foram claramente expressas as seguintes linhas de desenvolvimento para investigação neste campo:

A necessidade de inserir o estudo da casa do Noroeste no seu contexto envolvente, nomeadamente, em meios rurais, a importância do seu relacionamento com o minifúndio nesta região de *habitat* disperso;

A necessidade de uma centralização e facilitação do acesso à já considerável informação proveniente de múltiplos levantamentos; embora esta tarefa não possa ser levada a cabo por este grupo, deveria ser evidenciada e veiculada para entidades com capacidade e vocação para essa recolha; foi, entretanto, iniciada uma discussão sobre o tipo de recolhas já existentes e as metodologias de trabalho a utilizar.

*Margarida Coelho
Ana Maria Gonçalves*